

DESENVOLVIMENTO E SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO¹

**Lucimar Santiago de Abreu²; Paul Kledal³, Kleber Pettan⁴, Fernando Rabello⁵,
Sérgio C. Mendes⁶**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de apresentar a situação atual do desenvolvimento da produção de base ecológica no Brasil, e no Estado de São Paulo. Para tanto, resgatou-se o histórico da emergência e expansão da agricultura de base ecológica, identificou-se a diversidade da produção e do mercado, os elementos motivadores desta expansão e os obstáculos, à luz do contexto atual.

Realizamos a interpretação sócio-econômica de dados estatísticos coletados, análise de entrevistas efetuadas com diferentes agentes sociais e organizações econômicas. Os resultados foram os seguintes: i) histórico da emergência e expansão da agricultura de base ecológica; ii) Identificação do estado de desenvolvimento da produção de base ecológica no Brasil; iii) Identificação do desenvolvimento da produção de base ecológica do Estado de São Paulo iii) Identificação e caracterização das cadeias da produção certificadas respectivamente para exportação e mercados locais. iv) Comentários sobre diversos aspectos da produção e do mercado, baseados nos estudos de casos conduzidos no âmbito do projeto Global Org, e das ações de pesquisas dos autores, e em especial sobre o processo de transição em curso.

Os resultados devem subsidiar a formulação de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento da produção e comercialização de alimentos orgânicos do País⁷.

Palavras chaves: Desenvolvimento da produção de base ecológica, mercado; políticas públicas;

¹* Este artigo foi submetido para a Revista Cardernos de Ciência e Tecnologia ou CC&T . Revista Científica publicada pela Embrapa, Brasília. Encaminhado em setembro de 2008. O trabalho científico é parte integrante de um conjunto de resultados do Projeto GLOBALORG/Brasil, com atividades em andamento, e vinculado ao Convênio da Embrapa Meio Ambiente e ICROFS, Dinamarca.

² Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. CP 69, 13820-000, Jaguariúna, São Paulo.Brasil. E-mail: lucimar@cnpma.embrapa.br

³ Pesquisador do FOI/Dinamarca. paul@foi.dk

⁴ Consultor Técnico em Mercado Orgânico. Rua Dionizio Gilberto, 525. Jardim do Bosque - Leme - SP
CEP 13613-170. kleber.pettan@terra.com.br

⁵ Engenheiro Agrônomo/INCRA (SP). Estagiário da Embrapa em 2006/2007. Orientação das atividades de pesquisa sob a responsabilidade de Lucimar S. de Abreu. Rua Maranhão, 1427. Cep: 16900-000 - Andradina/SPc_coia@yahoo.com.br

⁶ Economista. Estudante de Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas/Unicamp. Cep: 13083-970. Email: [serpcem\[a\]terra.com.br](mailto:serpcem[a]terra.com.br). Orientação das atividades de pesquisa sob a responsabilidade de Lucimar S. de Abreu.

⁷ O conhecimento sócio econômico preliminar desta componente do projeto de pesquisa Global Org, favoreceu a seleção dos estudos de casos; o processo de adaptação de questionários e entrevistas; a escolha de diferentes circuitos das cadeias produtivas (Projeto Global Org. Fruto do convênio com o ICROFS, Dinamarca e Embrapa Meio Ambiente).

SUMMARY

The objective of this study is to present the current situation of the development of ecologically-based production in Brazil and in the state of São Paulo. In this way, the history of the emergence and expansion of ecologically-based agriculture was recovered. Production and market diversity, the motivating elements of this expansion, and obstacles were identified, taking the current context into account. In order to reach the goals of this research we conducted a socio-economic interpretation of collected statistical data and an analysis of interviews carried out with diverse social agents and economic organizations. The results are as follows:

i) History of the emergence and expansion of ecologically-based agriculture; ii) Identification of the development stage of ecologically-based production in Brazil; iii) Identification of the development of ecologically-based production in the state of São Paulo; iii) Identification and characterization of production chains that are respectively certified for exportation and local markets; iv) Comments on various production and market aspects, based on the studies of cases conducted within the scope of the Global Org project, the author's research actions and especially on the ongoing transition process.

The results presented are findings that must subsidize the creation of public policies in the scope of the development of production and commercialization of organic food products in this country⁷.

Keyword: Development of ecologically-based production, market and public policies;

INTRODUÇÃO

No Brasil vem crescendo a produção de alimentos e de outros produtos agrícolas baseada em princípios ecológicos e surgem diferentes denominações para este tipo de produção: produto ecológico, produto orgânico, produto agroecológico, produto natural, etc. De fato, trata-se de formas distintas de produção ecológica e de inserção no mercado (ABREU, L. S. de.; BELLON, S. e CORRALES M. F. 2005). Para dar conta de captar a diversidade de estilos de agriculturas ecológicas, utilizaremos quando tratarmos da produção brasileira a denominação agricultura de base ecológica.

Assim, sintetizando a contribuição de CAPORAL & COSTABERBER (2004) e tomando como base o documento Marco Referencial em Agroecologia da EMBRAPA (2006), pode-se afirmar que a agricultura de base ecológica se caracteriza por integrar o conjunto de estilos de produções ecológicas, respeitando seus qualificativos e reduz as possíveis incompreensões conceituais, entre técnicos, ambientalistas, comerciantes e consumidores em torno do assunto. Esta denominação é também largamente utilizada pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção (Documento de Políticas Públicas do MDA, 2004). A diversidade de estilos de agricultura e denominações também se repete em outros países da América Latina.

A lei da produção orgânica nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007, teve sua formulação baseada no conceito de agroecologia⁸, que destaca diversos elementos, integrantes da noção conceitual, tais como: a integridade cultural das comunidades rurais, a equidade social, a valorização econômica das produções familiares, além do respeito aos recursos naturais, também passou a reconhecer como produto orgânico, aqueles produtos que são oriundos de diferentes estilos de agricultura: biodinâmica, orgânica, natural, permacultura, sistemas agroflorestais, regenerativo, etc.

⁸ Para (Gliessman, 1998) a agroecologia é o estudo global dos agroecossistemas, busca incluir todos os elementos ambientais e humanos: uma área produtiva, por exemplo, um campo cultivado, é visto como sistema complexo onde ocorrem igualmente os processos ecológicos (ciclos elementares, interações, e plantas companheiras ou auxiliares, competição, simbiose, etc) A agroecologia é uma proposta em construção de disciplina científica, que estabelece os princípios ecológicos de base para estudar, conceber e organizar os agroecossistemas: produtivos e a gestão dos recursos naturais, de maneira tal que sejam socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri, 1986; 2002). A agroecologia foi sobretudo desenvolvida na América, na Austrália (Hill e Mac Rae, 1995) e na Península Ibérica (Guzman et al., 2000), mais resta desconhecida em alguns países (Gautronneau *et al.*, 1989 ; Bellon *et al.*, 2000).

A IFOAM – Federação Internacional para os Movimentos da Agricultura Orgânica⁹, entidade que estabelece critérios, normas e regras para empresas de todo o mundo, para a validação de procedimentos de certificação e de auditoria para atividades agrícolas e de processamento de alimentos (Almeida, 2008)¹⁰, denomina a produção que aplica princípios ecológicos de agricultura orgânica ou produção orgânica, portanto, para se referir a produção internacional, especialmente dos países desenvolvidos, faremos uso dessa terminologia

No território rural brasileiro encontra-se uma diversidade de formas sociais de produção de base ecológica, diferentes processos de transição e de sistemas de comercialização. Entendemos por processo transição ou ainda a transformação em direção à uma agricultura de base ecológica, a passagem do sistema convencional para a produção de base ecológica. Trata-se de um processo social que envolve múltiplas dimensões: social, cultural, ecológica, econômica, organizacional, técnica e de conhecimentos (Moreira, 2003; Bellon & Abreu, 2006). Ou seja, além de mudanças em termos de técnicas e de práticas agrícolas, identificamos que os grupos sociais e as comunidades envolvidas em experiências de agricultura de base ecológica são portadoras de uma outra consciência social, que se expressam na relação prática que estabelecem com os recursos ambientais e na adoção de um modo de vida peculiar, que é fruto da crítica social generalizada ao modelo baseado no monocultivo e no uso de agrotóxicos (Abreu, 2005).

A visão de mundo dos agentes sociais pode ser normalmente diversa entre os indivíduos ou entre um grupo social, em termos de valores éticos e ecológicos, que norteiam e estimulam o agir social sempre com grau maior ou menor de aplicação de princípios ecológicos e com articulações variadas com a sociedade local e global (Almeida & Abreu, 2008)¹¹. Podendo ser observado empiricamente formas inovadoras de produção e de relação produtor consumidor, até sistemas simplificados de substituição simples de insumos e vendas para distribuidores intermediários de importantes organizações econômicas de abastecimento urbano. (Bellon & Abreu, 2005).

Portanto para entender a situação atual do desenvolvimento da agricultura de base ecológica, identificamos o estado de desenvolvimento da produção no Brasil, as cadeias de produção respectivamente para exportação e mercados locais, o universo de produtores, constituído em sua

⁹ Foi fundada no ano de 1972 em Versalhes, na França, por um grupo de personalidades da comunidade científica européia ligada ao movimento da eco-agricultura e que criticavam o uso de produtos químicos e pesticidas nos sistemas de produção de alimentos. Desde então, o movimento foi ganhando força e a cada ano era maior o número de participantes nos congressos promovidos em torno do desenvolvimento da agricultura de base ecológica. A IFOAM caracteriza-se como a primeira instituição de interesse público a regulamentar um padrão internacional de certificação para a agricultura de base ecológica, ainda no ano de 1980 e realiza levantamentos estatísticos anuais sobre o desenvolvimento da agricultura “orgânica” em todo o mundo desde o ano 2000 (Almeida, 2008).

¹⁰ Esta dissertação de Gustavo de Almeida, que foi orientada por Lucimar S. de Abreu, é parte integrante das ações de pesquisa do Projeto Global Org.

¹¹ Este artigo é parte integrante das ações de pesquisa do Projeto Global Org. Ver nota 01.

maioria por pequenos produtores. E buscamos compreender os desafios colocados para o avanço da agricultura de base ecológica e identificando os motores que impulsionam a transição.

METODOLOGIA

A análise foi baseada em dados estatísticos sobre a produção orgânica brasileira, revisões da literatura especializada sobre o tema, além de entrevistas com agentes envolvidos diretamente em redes de *Agroecologia*, *Permacultura*, *Agricultura Biodinâmica* e *Agricultura Orgânica*. Seguidas de visitas subseqüentes às unidades de produção e aos mercados dos Estados de São Paulo. A respeito da certificação, visitamos o centro de IBD (Instituto de Biodinâmico, localizado em Botucatu) (SP), e entrevistamos o presidente anterior da AAO (Associação da Agricultura Orgânica), São Paulo (SP). Discutimos os dados estatísticos com técnicos do Governo Federal e do Estado de São Paulo. Visitamos unidades de produção, locais de vendas de produtos orgânicos (feiras e vendas diretas) realizamos contatos com agricultores, pesquisadores e técnicos das agências de desenvolvimento. Identificamos e conduzimos entrevistas com lideranças políticas do município, inspetores, líderes ambientalistas e agricultores. Foram entrevistadas 80 pessoas e 20 destas eram filiadas as organizações sociais.

Histórico da emergência e expansão da agricultura de base ecológica no Brasil

A origem da agricultura ecológica no Brasil é estimulada por agricultores de elite neo-rurais e profissionais qualificados do meio agrônômico (Karan, 2001, Branderburg 2002) a forma de produção pode ser interpretada como parte da herança de modelos europeus¹², adaptados ao contexto brasileiro, ao mesmo tempo em que, coexiste com outras formas originais estabelecidas sob as condições específicas do contexto local. A agricultura de base ecológica é motivada também pelas organizações políticas comprometidas com a construção de um modelo novo da sociedade, baseado nas reivindicações por equidade e justiça social, tais organizações estão envolvidas diretamente com os movimentos de transformação social. Assim, a agricultura de base ecológica não tem o mesmo sentido ou significado em todas as regiões ou países, na Europa ela emergiu do movimento da contracultura e da crítica a sociedade do consumo (Brandenburg, 2002).

¹² 1924 – Agricultura Biodinâmica (Europa) - Rudolf Steiner. Em 1925 - 1930 – Agricultura Orgânica - Albert Howard; 1925 - 1930 - Agricultura Biológica - Hans Muller; 1935 – Agricultura Natural (Japão) - Fukuoka e Mokiti Okada. Portanto, sob distintas denominações desenvolveu-se, a partir do início do século XX, a agricultura biodinâmica (Alemanha e Áustria), agricultura orgânica (Grã Bretanha e EUA), agricultura natural (Japão) e agricultura biológica (França). Destas correntes iniciais irá se desenvolver a partir da década de 70 e 80, a agricultura ecológica, (Alemanha e Holanda) a agricultura regenerativa (EUA) e a permacultura (Austrália) (BRANDENBURG, 2002; DAROLT, 2002).

As iniciativas do desenvolvimento da agricultura de base ecológica no Brasil ocorreram na década de 70, conhecida inicialmente pela denominação de agricultura alternativa, teve como base histórica três movimentos sociais, que emergiram no contexto Europeu, mais especificamente na Alemanha, Suíça, Áustria, e na parte anglo-saxônica, denominada de agricultura biodinâmica. Onde a contribuição do pensamento de Rudolf Steiner foi essencial para a construção desta corrente de pensamento. A unidade rural biodinâmica é vista como sistema integrado, auto regulado que se encontra inserido na paisagem e que é geralmente conduzida por agricultores identificados com a vida no campo e preparados por uma formação não apenas técnica, mas são também estimulados pela alta sensibilidade criativa e artística. O meio rural passa a adquirir características de pólo de irradiação cultural e social. A produção de alimentos é complementada por condições que propiciam o desenvolvimento das pessoas.

O debate intensificou após a publicação de "Primavera Silenciosa" (Carson, 1968). No Brasil também esta obra mobilizou a opinião pública e ajudou a expandir os movimentos ecológicos. De forma importante o movimento da federação das associações de engenheiros agrônomos do Brasil, pautado pelas denúncias contra as multinacionais do setor de agroquímicos, contribuiu também para colocar abaixo uma visão cultural assentada na crença prevalecte do crescimento ilimitado e gerou circunstâncias, de modo que algo pudesse ser feito para estabelecer novas relações entre o ambiente e a agricultura (Abreu, 2002).

“O meio ambiente emerge como uma questão na agricultura após a modernização ancorada no ideário da chamada revolução verde na década de setenta. Embora já se constate, na história do pensamento brasileiro, preocupações de caráter preservacionista, (PÁDUA, 1987) não há, em período anterior à década de 70, manifestações de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, ou mesmo os instrumentos que intermediam essa relação. É somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado. Isto porque jamais se presenciou, na história da sociedade brasileira, um processo de exclusão social de tamanha expressão; de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral. Assim, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental.” (BRANDENBURG, 2005)

Brandenburg (2002) demonstra que mesmo antes da chamada Revolução Verde já existia no Brasil a base necessária para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa. As políticas

públicas de incentivo a modernização agrícola brasileira promoveu a marginalização de agricultores familiares, que serão apoiados por ONGs, dentre outros objetivos tem o intuito de criar alternativas ao modelo tecnológico convencional.

Este movimento social ficara conhecido no Brasil a partir da década de 70 como agriculturas alternativas, ganhara força em 1976 quando o ecologista José Lutzenberger lança o Manifesto ecológico brasileiro: “O fim do futuro?”, que irá influenciar uma série de pesquisadores, ecologistas e a comunidade de uma forma geral, no sentido da necessidade de se criar alternativas ao moderno padrão tecnológico que se impunha a agricultura brasileira.

Durante a década de 70 este movimento será marcado pela contestação ao modelo tecnológico e a degradação ambiental, mas também por uma crítica à crescente exclusão social que começa a atingir principalmente os pequenos agricultores. Este movimento de contestação ganha força na década seguinte culminando com a realização de três Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, em 1981 na cidade de Curitiba - PR, em 1984 em Petrópolis - RJ e em 1987 em Cuiabá – MT.

Neste período as ONGs ambientalistas irão passar por um processo de fortalecimento, principalmente após a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que, em conjunto com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (FASE), irão centralizar a atuação de diversas organizações de agricultores alternativos. Como resultado desta organização é criado a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) que irá expandir de forma significativa o movimento de agricultores alternativos, articulando uma rede de organizações com entidades de dez estados brasileiros nas regiões sul, sudeste e nordeste. (PINHEIRO, 2007)

No final da década de 80 é lançado o Relatório Brudtland cunhando a noção de “Desenvolvimento Sustentável”, mostrando a necessidade de se pensar em políticas integradas que permitam “garantir as necessidades das gerações futuras”. Para isso, determina uma série de medidas e metas a serem adotadas que permitiriam a adoção de um novo modelo de desenvolvimento.

É na década de 90, todavia, que o debate sobre os problemas ambientais se expande e a sociedade parece tomar consciência da questão. Ainda assim, vários elementos dificultam o avanço da discussão e a formulação de planos ou medidas ambientais: a falta de precisão científica quanto à natureza dos problemas ambientais, além de questões de ordem econômica, social e política. No caso europeu, as medidas reguladoras das atividades agrícolas nos países desenvolvidos só foram implantadas no início da década de 90.(Abreu, 2005).

A agricultura convencional tornou-se um estilo de agricultura inaceitável para o mundo e para a sociedade brasileira e leva seus protagonistas ao impasse com desfecho ainda incerto. Pressionados politicamente e socialmente, diversas categorias sociais buscam desesperadamente encontrar um caminho para integrar as novas demandas ambientais e sociais, independente de estrutura fundiária e do tipo de produtor. Naturalmente, os produtores familiares com estruturas de menor porte parecem estar mais abertos para a transição em direção a sustentabilidade.

Produção e Comercialização Mundial de Produtos da Agricultura de Base ecológica

Atualmente mais de 120 países desenvolvem agricultura de base ecológica no mundo (IFOAM, 2007). O crescimento médio da área plantada mundial de produtos da agricultura de base ecológica também vem aumentando de 15 a 20% ao ano (2001/2007)¹³. Dados da IFOAM (2007) registram que, em 2007, a área mundial de produção de produtos da agricultura de base ecológica foi de 50 milhões de ha, destes, 30,5 milhões de ha refere-se às áreas cultivadas, 20 milhões de ha às colheitas realizadas em áreas selvagens sendo 31 milhões de ha de produtos certificados, distribuídos em aproximadamente 633.981 unidades de produção.

A tabela abaixo ilustra o ranking de 2007, com os 10 países com as maiores áreas de terras destinadas para a produção mundial de produtos da agricultura de base ecológica

Quadro 14: Ranking dos 10 maiores na produção mundial de produtos da agricultura de base ecológica

Países	Terras de produção orgânica em Hectares
Austrália	12.300.000
China	2.300.000
Argentina	2.200.000
USA	1.600.000
Itália	1.100.000
Uruguai	900.000
Espanha	900.000
Brasil	889.000
Alemanha	800.000
Reino Unido	600.000

Fonte: IFOAM, Statistics and Emerging trends, 2008.

Paralelamente ao comércio internacional de produtos da agricultura de base ecológica cresce também o mercado mundial de produtos para o Comércio Justo que movimentou em 2006, US\$ 1,552 bilhões correspondendo a cerca de 4% do volume comercializado no mercado mundial de

¹³ Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento do Brasil 2007.

produtos da agricultura de base ecológica e menos de 0,1% diante o comércio global de alimentos, estimado em US\$580 bilhões para o mesmo ano.

Segundo dados da FLO¹⁴, o mercado certificado Fairtrade cresce a taxas anuais 40% ao ano; desde 1997 o volume de alimentos certificados comercializados é crescente e em 2007, movimentou 2.380.000.000 Euros; atingiu a marca de 250 mil toneladas vendidas nos 60 países de sua atuação. Somando a Europa e os EUA, existem mais de 100.000 redes de supermercados e 3.000 lojas que comercializam produtos do Comércio Justo.

O mercado internacional é comprador para a produção da agricultura de base ecológica brasileira, porém poucos produtores atendem os requisitos. Os principais produtos da agricultura de base ecológica exportados são: café (MG e ES); cacau (BA); soja, açúcar mascavo e erva-mate (PA); suco de laranja, óleo de dendê e frutas secas (SP); castanha de caju (NE) e guaraná (AM). Grande parte da PO é primária havendo pouco processamento.

Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o crescimento anual médio do setor é de 30% e existe uma forte demanda do mercado importador, especialmente da parte de Japão, Estados Unidos e União Européia. A participação do Brasil na Biofach 2007, a maior e mais importante feira de produtos certificados do mundo, superou todas as expectativas. Durante os quatro dias de evento, mais de 40 empresas brasileiras que estiveram na Alemanha com o apoio da APEX-Brasil, fecharam negócios na ordem US\$36,4 milhões para os 12 meses seguintes, superando a previsão inicial de US\$20 milhões. O Brasil passará a ter, ainda neste ano de 2008, estatísticas de exportação de produtos da agricultura de base ecológica (Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio/2007)

Identificação do estado de desenvolvimento da produção de base ecológica no Brasil

Conforme dito, convivem no Brasil vários sistemas de produção de base ecológica que podem ser comercializados com a nomenclatura de “produtos da agricultura de base ecológica” desde que atenda a lei da produção orgânica nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007. Enquadra se neste conjunto desde aqueles estilos de produção que visam somente a substituição de insumos (químicos por orgânicos) até aqueles orientados pelos princípios da agroecologia¹⁵.

¹⁴ Apresentação oral de Darana Castilho de Souza - Oficial de Ligação da FLO. Site: www.fairtrade.net Evento WORKSHOP - Contexto da Comercialização e perspectivas do Mercado Justo da Agricultura Familiar no Nordeste ocorrido na Bahia / Brasil em Junho de 2008.

¹⁵ A Agroecologia está sendo tratada no Brasil como disciplina científica no Poder Executivo (MDA, MAPA, MMA, MDS), na pesquisa (Embrapa, Empresas Estaduais e Universidades) e na Extensão Rural (ASBRAER). A agroecologia é fonte de inspiração para formulação de institucionalização de políticas públicas para a agricultura familiar, com ação

Acompanhando as tendências internacionais, também são crescentes as produções brasileiras de produtos de base ecológica e do comércio justo. A produção de base ecológica brasileira cresce a uma taxa média de 30% ao ano e, dependendo da região do país. Segundo PETTAN et al (2007)¹⁶, encontram-se as seguintes iniciativas para acessar este diferenciado mercado:

1. certificar a produção objetivando o mercado externo ou grandes redes varejistas. Neste grupo encontram-se aproximadamente 22.000 projetos de Certificação Da agricultura de base ecológica¹⁷;
2. não certificar a produção e comercializar nos mercados locais e regionais. Este grupo, muito maior que o anterior e de difícil quantificação, caracteriza-se por uma produção de base agroecológica, não certificada oficialmente;
3. produzir para o auto consumo e comercializar o excedente, sem utilizar nenhum insumo químico. Neste grupo enquadram-se mais de 2 milhões de unidades de produção de agricultores familiares e assentados da reforma agrária das Regiões Norte e Nordeste.

Nestes contextos, o Ministério da Agricultura (MAPA, 2007; IFOAM, 2007) informa que em 2007 foram plantados no país, 888 mil ha de culturas da agricultura de base ecológicas certificadas (frutas, hortaliças, cereais, café, mel, leite, carnes, soja, palmito, açúcar e frango) posicionando o país, segundo o ranking mundial acima, no 6º lugar mundial em área manejada o que representa 0,25% da área agricultável total ocupadas por 19.000 propriedades da agricultura de base ecológicas certificadas. Segundo o Planeta Orgânico (2005), o grupo social destas propriedades é formado basicamente por agricultores familiares e por empresas que produzem para exportação (açúcar, suco de laranja, café, soja). 70% desta produção certificada localiza-se nas regiões Sul e Sudeste do país.

A área ocupada pelo extrativismo sustentável é de 5 milhões de ha com castanha, açaí, pupunha, látex, frutas e outras espécies das matas tropicais, principalmente da região Norte (Amazônia). O Quadro apresenta as áreas de produção da agricultura de base ecológica em relação à área agrícola nacional.

mais forte ou mais fraca em distintos territórios, dependendo da natureza política das forças sociais locais.

¹⁶ PETTAN, K.B; RITTL,C.; BAHER, A.; RAMM, G. & MEDAETS. J.P. Avaliação: Introdução de Padrões Sociais e Ecológicos Voluntários em Países em Desenvolvimento. Relatório Inicial Do Estudo De País – Brasil: Produtos Florestais / FSC; Produto Café Sustentável /4C; Produtos Sustentáveis Fair Trade / Flo; Produto Biodiesel /Selo Social. COMO - Consulting für Projektmanagement und Organisation GmbH. Trabalho realizado para o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. São Paulo, julho de 2007.

¹⁷ Cabe destacar que a legislação autoriza a certificação por auditoria de terceira parte. Assim como inovou pela aceitação oficial do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Maiores informações ver na lei da produção orgânica nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 2007.

Quadro 16: Área da produção da agricultura de base ecológica *versus* área da produção agrícola nacional.

Produção da agricultura de base ecológica	Área (ha)	% da agricultura de base ecológica/área agrícola nacional
Cultivada	889.000	0,25 %
Extrativismo	5.000.000	1,6 %
Total (produção orgânica)	5.889.000	1,86 %
Área Agrícola Nacional	311.800.000	100%

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e Empresas Certificadoras (2007)

Quando somadas as áreas cultivadas com as de extrativismo sustentável, o Brasil passa para o 2º lugar em área de produção da agricultura de base ecológica no mundo¹⁸, representando assim, 11,8% da área produtiva mundial.

Estudos realizados em 2007¹⁹ registraram que na produção da agricultura de base ecológica trabalham mais de 15.000 produtores rurais (0,4% dos produtores rurais brasileiros), sendo 80% são agricultores familiares e 20% são patronais. A agricultura de base ecológica é estimada em 300 mil toneladas por ano. O comércio anual é de 250 milhões de dólares, sendo 30% comercializado no mercado interno e 70% no mercado externo.

Nas áreas mais pobres da região Nordeste e da região Norte, encontram-se majoritariamente as iniciativas referidas de números 02 e 03²⁰, apesar de também se encontrar um pequeno grupo de agricultores certificados. Não se conhece oficialmente o volume de produção e nem de vendas desta produção de base ecológica não certificada nestas regiões, mas estudos de PETTAN (2007); BEZERRA (2007) e CAMPOS (2007)²¹ apoiados pelo “Programa Nordeste de Combate à Desertificação” da Agência da GTZ-Brasil, comprovam sua importância para o mercado interno, para os agricultores familiares e para as ações de desenvolvimento local. Sabe-se também que estas produções não certificadas são maiores do que a produção certificada. Estes mesmos estudos

¹⁸ AGRICULTURA (2006).

¹⁹ DAROLT (2007) e MDA (2007)

²⁰ Item 02 - não certificar a produção e comercializar nos mercados locais e regionais e item 03 produzir para o auto consumo e comercializar o excedente, sem utilizar nenhum insumo químico.

²¹ PETTAN (2007); BEZERRA (2007) e CAMPOS (2007).

1- Bezerra, R.C. Estudo de Potencial da Agricultura Familiar Da agricultura de base ecológica no Vale do Submédio São Francisco. Programa Nordeste – Componente DES 02, PN 04.2084.4-001.00 da AGÊNCIA DA GTZ NO BRASIL. RECIFE, 2007

2- CAMPOS, R. L **ESTUDO DA PRODUÇÃO E DE MERCADO DA REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO POLO ITAPARICA**. Programa Nordeste – Componente DES 02, PN 04.2084.4-001.00 da AGÊNCIA DA GTZ NO BRASIL. RECIFE, 2007

3- PETTAN, K.P. Estudo dos Mercados Locais e Institucionais para a Agricultura Familiar no Sertão de Pernambuco. Programa Nordeste – Componente DES 02, PN 04.2084.4-001.00 da AGÊNCIA DA GTZ NO BRASIL. RECIFE, 2007

identificaram e comprovam que nos mercados locais e institucionais os produtos agroecológicos são aceitos sem certificação e que as feiras livres agroecológicas mostram-se um bom espaço para a comercialização da produção dos agricultores familiares por meio da realização de vendas diretas aos consumidores com significativos resultados econômicos e sociais.

Atualmente, os principais produtos da agricultura de base ecológica exportados são: café (MG e ES); cacau (BA); soja, açúcar mascavo e erva-mate (PA); suco de laranja, óleo de dendê e frutas secas (SP); castanha de caju (NA) e guaraná (AM). Grande parte da produção é primária havendo pouco processamento.

No país, registra-se a existência de 32 certificadoras de produtos da agricultura de base ecológica, porém, o IBD, importante certificadora no país, certifica mais de 3.500 produtores, com mais de cem tipos de produtos, de hortaliças a grandes plantações de grãos, alimentos in natura e industrializados como café, açúcar, laticínios e doces, algodão e outras fibras, cosméticos, sucos de frutas e vinhos. A seguir os principais produtos da cadeia de exportação.

A partir da década de 90 as organizações ligadas à produção de base ecológica se multiplicaram, cresceram o número de produtores e a produção em quantidade, diversidade e qualidade. Há vinte anos, o mercado se restringia a umas poucas feiras de produtores e à venda de cestas semanais diretamente ao consumidor. Atualmente, as redes de supermercados comercializam a produção, as feiras se expandiram, aumentando a venda direta do agricultor ao consumidor, tendo como base valores associados à relação de confiança e cooperação, além da possibilidade de favorecer melhores ganhos aos produtores e menores preços aos consumidores.

Situação atual

Área de produção da agricultura de base ecológica	888.000 ha
Valor agregado no setor	US\$ 250.000.000
Valor das exportações	US\$ 120.000.000
Número de empresas do setor	150
Crescimento Médio da produção	30% ao ano
Número de projetos certificados	15.000
Propriedades da agricultura de base ecológicas certificadas	19.000
Caracterização social das propriedades	Agricultura Familiar
Localização da produção	70% no sul e sudeste
Extrativismo Sustentável	5.000.000 ha

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e Empresas Certificadoras e 2007.

No Brasil, a produção certificada ocupa uma área maior que 888 mil hectares, dados do levantamento do Ministério da Agricultura e APEX-Brasil revelam que a estimativa de negócios desses produtos no País é de US\$ 250 milhões. Anualmente, o Brasil exporta de US\$ 100 a 120 milhões de produtos ecológicos certificados e mais de 90% das 150 empresas nacionais exportadoras são micro ou pequenas. Estados Unidos, Alemanha, França, Japão e Reino Unido são os mercados mais atendidos pelo Brasil. No ranking mundial, o País está entre os oito maiores produtores de da agricultura de base ecológica do mundo.

Mercado Nacional²²

Apresentaremos esse tópico com foco nos aspectos mais relevantes do mercado brasileiro de produtos de base ecológica. O desenvolvimento do mercado brasileiro de produtos alimentares tem se caracterizado por grandes mudanças nos últimos anos. Com relação aos produtos ecológicos e certificados, o crescimento das vendas tem ocorrido de forma expressiva nas capitais dos Estados brasileiros, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Preocupações com a saúde são os principais motivos de compra de alimentos ecológicos, sendo que o fato de serem considerados livres de pesticidas é visto como uma característica importante desses produtos.

Os mercados e oportunidades de comercialização são variados, por exemplo, soja, açúcar branco e mascavo, café e sucos cítricos são os principais produtos exportados – doces e sucos da agricultura de base ecológica, principalmente sucos, estão sendo cada vez mais consumidos no país; laticínios (iogurtes, queijos e outros) representam um mercado potencial no mercado interno do Brasil (Carrefour e Pão de Açúcar, Campinas 2007). Pequenos supermercados exclusivamente de venda de produtos e serviços ecológicos também aparecem no Brasil, e passam a ocupar papel importante no abastecimento. Pousadas e hotéis-fazenda com alimentação ecológica, eco-turismo mostrando produções de base ecológica, são também um setor promissor (Comissão de Regulamentação da Lei da agricultura de base ecológica. 23/11/2007).

O consumo de produtos da agricultura de base ecológica no Brasil não chega a 1% do mercado de alimentos do país, embora, na América Latina, o Brasil é o país com maior consumo deste tipo de produção. O mercado no Brasil, considerando-se o agregado de todos os setores, está crescendo, resultado da percepção crescente de uma parte dos consumidores sobre a melhor qualidade dos produtos em relação ao convencional, dos benefícios para a sua saúde e para o meio-

²² Este tópico foi elaborado a partir de entrevistas (e-mail) realizadas com José Pedro Santiago da Comissão de Regulamentação da Lei da agricultura de base ecológica. Juntamente com as informações do MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), coordenadoria de Agroecologia, além de outras fontes referidas.

ambiente. Isso também é um estímulo à produção. Além disso, por causa da vasta área agrícola, o Brasil tem condições de clima e de solo que possibilitam produzir ampla gama de produtos ecológicos.

Com relação aos óleos essenciais, castanhas, erva mate: crescendo, têm apresentado bom potencial de crescimento. Óleo de babaçu, óleos vegetais, essências florestais, extratos vegetais: esta em processo de aumento da produção, configurando um bom potencial. (Comissão de regulamentação da lei da agricultura de base ecológica. 23/11/2007) .

O IBD certifica praticamente toda a carne bovina da agricultura de base ecológica brasileira que é destinada tanto para o consumo interno quanto para a exportação. Esta produção localiza-se, principalmente, no Pantanal Mato-grossense. O maior abatedouro de carne certificada é o brasileiro Friboi, que é também o maior abatedouro bovino do mundo. O segundo, bem distante, é o norte-americano Tyson. Entre 2004 e 2006, o número de fazendas de pecuária certificadas pelo IBD praticamente dobrou, eram 16 e hoje são 30 (Comissão de regulamentação da lei da agricultura de base ecológica. 23/11/2007)

No Brasil, ainda não está desenvolvido o sistema de mercado central para comercialização de hortaliças certificadas, essa iniciativa ocorreu recentemente em Curitiba (PR). Em diversas capitais e cidades criou-se sistema de comercialização pelos produtores com distribuição em domicílio, restaurantes e feiras ou em parcerias com distribuidoras atacadistas, que prosperaram desde meados da década de 1990.

Identificação da produção de base ecológica no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é constituído por um grande e diversificado mercado de produtos ecológicos certificados por organizações que exercem a auditoria externa. A produção é também diversificada, sendo os produtos mais importantes economicamente: café, cana-de-açúcar, laranja e as hortaliças. A tabela a seguir mostra a diversidade da produção primária ecológica certificada no Estado:

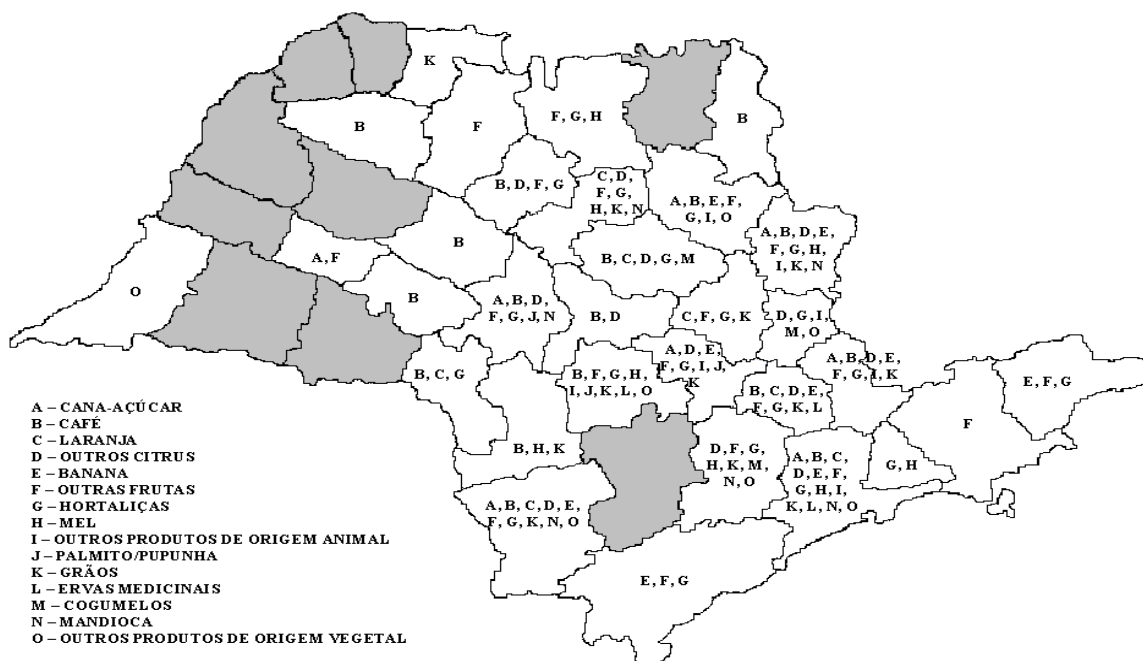
Quadro 3: Produtos da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo

PRODUTO	INCLUI
cana-de-açúcar	
café	
laranja	
outros citrus	ponkan, limão, mexerica, lima da pérsia, (pode incluir laranja)
banana	
outras frutas	acerola, morango, maracujá, amora, atemóia, cherimóia, kiwi, framboesa, figo, uva, maçã, manga, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, abacaxi, abacate, mamão, inclui noz pecan, lichia, jabuticaba, uvaia, carambola, pêra, marmelo, amora preta, castanha, macadâmia, coco
hortaliças	inclui produção de batata
mel	própolis, cêra de abelha, outros derivados da apicultura, entreposto apícola
outros produtos de origem animal	ovos, leite, carne, miúdos, couro, criação de búfalos
palmito	pupunha
grãos	feijão, milho, soja, alfafa, aveia, trigo, girassol, cevada, azevém, cereais
ervas medicinais	
cogumelo	vários tipos
mandioca	
outros produtos de origem vegetal	mudas (frutíferas e outras), plantação de eucalipto e de aroeira, adubação verde, urucum, pastagem

Fonte 2007: Empresas Certificadoras.

A partir das informações e dados coletados junto às empresas certificadoras sediadas no Estado de São Paulo elaboramos mapas para melhor visualizar a distribuição espacial dos produtos de base ecológica.

Figura 3: Produção da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo



Do mesmo modo, existe uma gama bastante diversificada de indústrias de beneficiamento de produtos da agricultura de base ecológica, além dos estabelecimentos que se dedicam exclusivamente à comercialização (em especial a exportação) e dos restaurantes, agora também com a possibilidade de receberem selos:

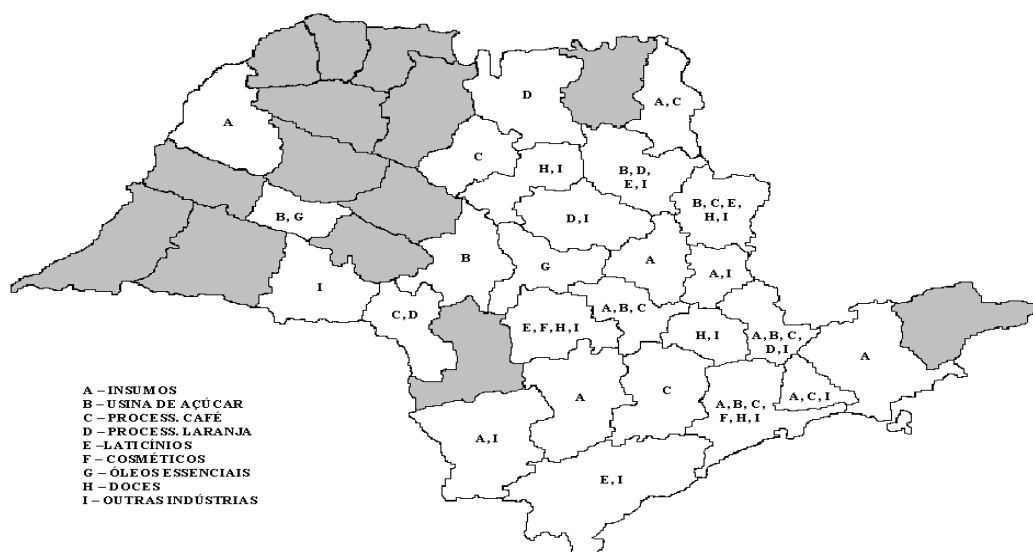
Quadro 4: Indústria de beneficiamento de produtos da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo

TIPO	INCLUI
insumos	
usina de açúcar	açúcar mascavo, açúcar comum, aguardente/cachaça, melaço
processamento de café	café torrado, extrato de café, café solúvel, café moído
processamento da laranja	suco concentrado, suco pasteurizado, óleo essencial
laticínios	queijos, iogurtes etc
cosméticos	
óleos essenciais	pode incluir óleo essencial de laranja
doces	geléias, doces de frutas, doce de leite etc
outras indústrias	tofu, achocolatados, chás, purê de frutas, óleos, manteiga, barra de cereais e de frutas, vinagre de frutas em geral, tomates processados, frutas processadas, extrato seco de frutas e de erva mágua de coco, ate, extrato fluido de frutas, sucos, sorvetes, temperos, chutney, conservas, suco concentrado, suco integral, polpa de frutas, molho de tomate, farinhas, hortaliças minimamente processadas, álcool etílico portátil de cereais, amido de dextrina, essências, processamento de carne bovina, desidratação de produtos orgânicos, açúcar em sachê, processamento de mel, água de coco,

Fonte: Certificadoras, Instituto de Economia do Estado de São Paulo 2007

Seguindo o procedimento adotado anteriormente, elaboramos o seguinte mapa:

Figura 4: Indústrias de processamento de produtos da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo



Cadeia de produção da agricultura de base ecológica do Estado de São Paulo

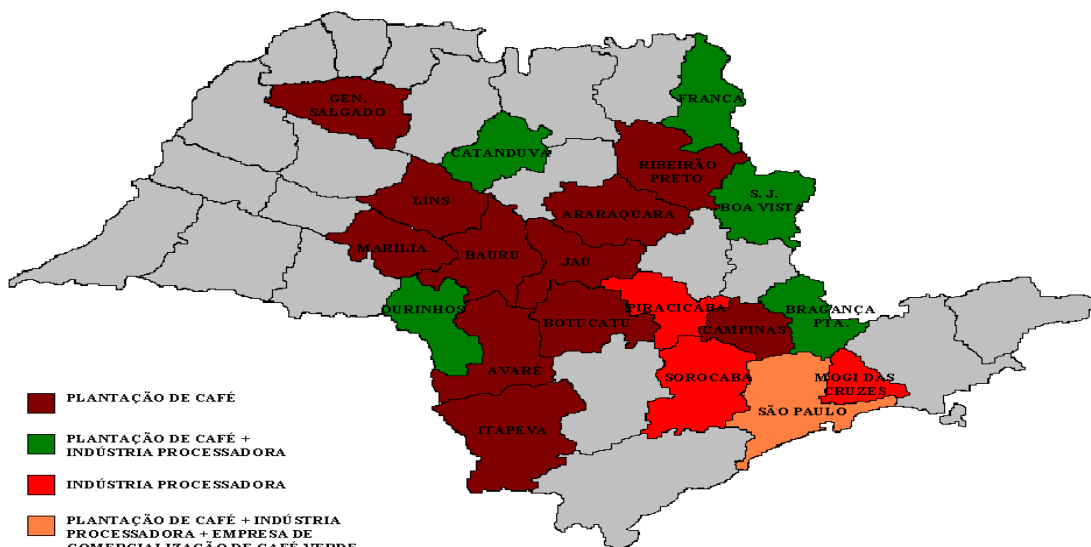
Os principais cultivos da agricultura de base ecológica do Estado de São Paulo, considerado a área plantada e o volume de produção, são orientados para a exportação, uma vez em termos de negócios agrícolas, nos últimos anos, o mercado internacional ofereceu condições de ganhos e rentabilidade para o setor, haja vista as grandes negociações ocorridas nos últimos anos e observadas por nossa equipe de pesquisadores, na ocasião da BIOFACH (Feira Latino Americana de produtos da agricultura de base ecológica) mas também porque as características do desenvolvimento sócio-econômico paulista favorecem a organização das empresas com grande capacidade de investimento.

Verificando a estrutura de comercialização das hortaliças, observamos que algumas empresas distribuidoras, exercem grande poder de influência sobre o planejamento das propriedades, notória característica de empresas que atuam no cinturão verde de São Paulo, como por exemplo, na região de Ibiúna, monopolizam canais de comercialização através de contratos com as grandes redes de supermercados. Essa relação se caracteriza pela fraca coesão social, promove a dispersão de muitos produtores certificados pelo Estado e é própria da pequena agricultura paulista, com precária tendência à organização social e frágeis laços calcados em valores de cooperação. Estas características podem ser visualizadas nas relações de sociabilidade das entidades de classe ou associações e cooperativas (Bellon&Abreu, 2005).

Café

A produção de café da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo, tanto para o auto consumo das famílias produtoras ou para a comercialização em larga escala, se encontram distribuídas nas regiões assinaladas no mapa abaixo. Isso se deve, principalmente, pelo alto valor do produto bruto e processado. Isso é comprovado quando observamos a localização das indústrias processadoras que, estão próximas ao centro de exportação de Santos (SP). Algumas destas empresas tem seus procedimentos de gestão certificados pelo IBD.

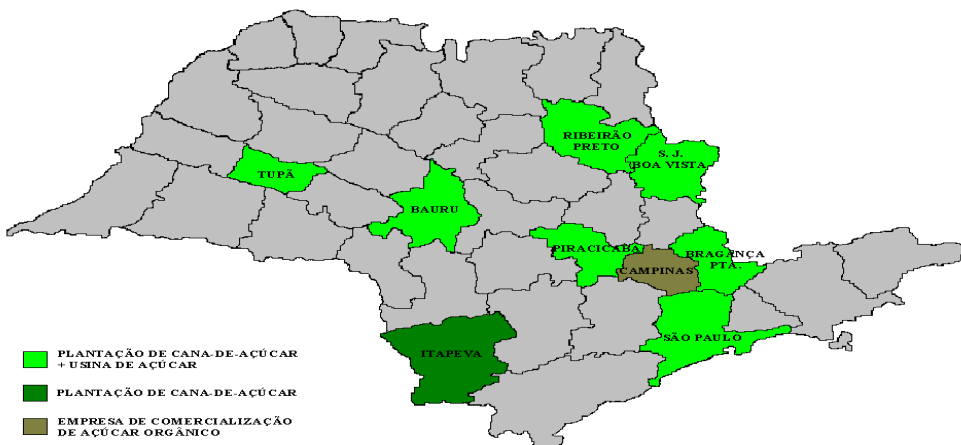
Figura 5: Produção, processamento e comercialização de café da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo



Açúcar

A produção de cana-de-açúcar da agricultura de base ecológica geralmente está associada à presença de usinas, que beneficiam a matéria bruta em produtos com maior valor agregado (ver tabela das indústrias). É importante destacar que o tamanho das propriedades é bastante elevado mas também é encontrada em propriedades familiares e até nos assentamentos de reforma agrária.

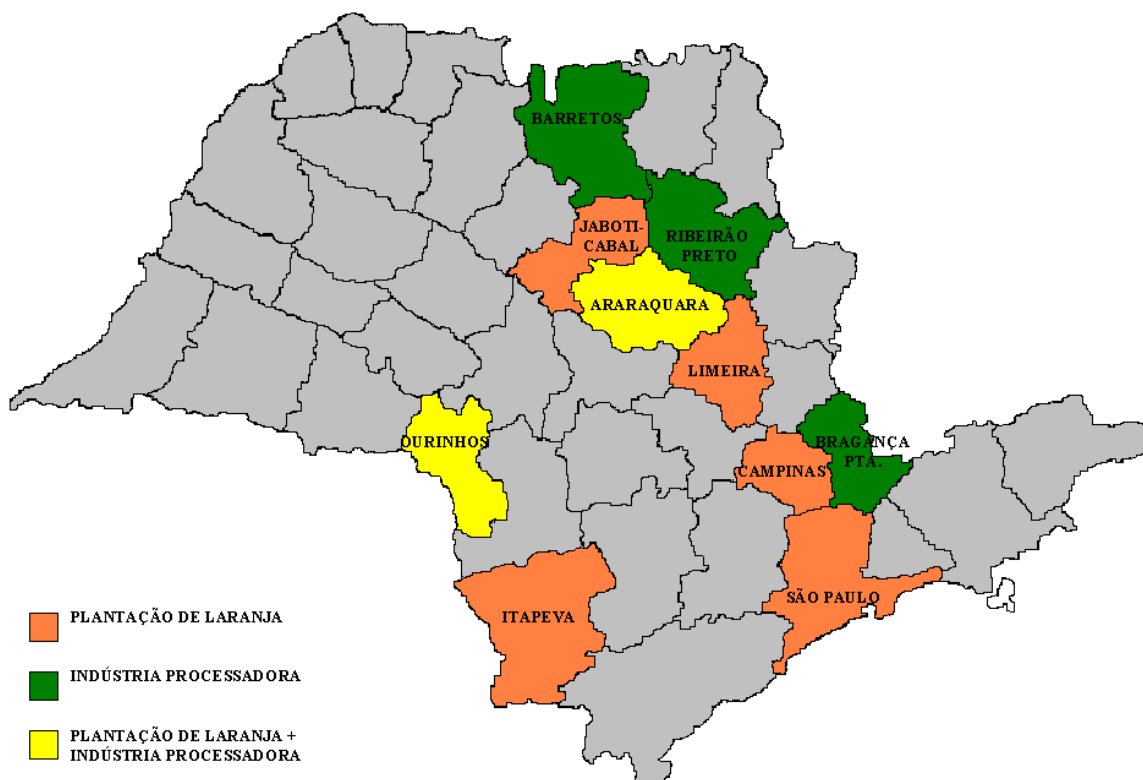
Figura 6: Produção, processamento e comercialização de cana-de-açúcar da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo



Laranja

A produção e o beneficiamento de laranja da agricultura de base ecológica segue, de certo modo, o eixo da produção convencional, estendendo-se de São Paulo até Barretos. Duas outras regiões do Estado, Itapeva (plantação) e Ourinhos (plantação e beneficiamento), também participam do setor, sem, no entanto, estarem no referido eixo.

Figura 7: Produção e processamento de laranja da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo



Hortaliças: A produção de hortaliças da agricultura de base ecológicas é bastante desenvolvida no Estado de São Paulo e se distribui igualmente próxima às áreas de produção convencional, foi estimulada para atender demandas relacionadas ao abastecimento da capital e da cidade de Campinas. Principalmente através das grandes redes de supermercados, mas também comercializadas em feiras livres em bairros nobres da capital e no Mercado Municipal Paulistano (Mercadão) e pela entrega de cestas a domicílios. Observa-se também a comercialização de hortaliças nas médias cidades do interior do Estado, sendo os supermercados os responsáveis por esta distribuição, além das de feiras de produtos da agricultura de base ecológica de Campinas, onde produtores vendem diretamente para os consumidores. Estas feiras são apoiadas pela Associação de Agricultura Natural de Campinas, que reúne agricultores e consumidores. O cultivo da horticultura

de base ecológica se desenvolveu em áreas tradicionais de ocupação de agricultores familiares, que estão localizados, de forma bastante concentrada, no cinturão verde do Estado.

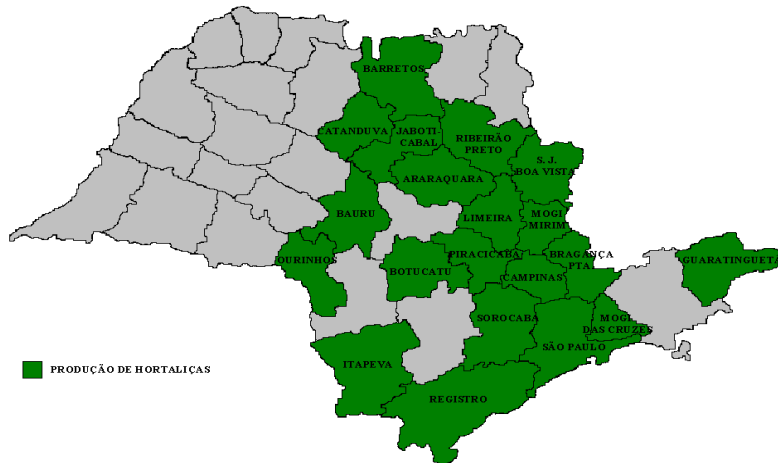
Aspectos da vendas diretas e feiras

Trata-se de uma forma de produção e comercialização associada ao movimento da igreja católica, no Estado de São Paulo. No Nordeste brasileiro, em Recife/Pernambuco, apoiada pela igreja protestante e católica. Trata se de situações semelhantes de relação campo-cidade, agricultores menos favorecidos apoiados por consumidores igualmente menos favorecidos de zonas urbanas periféricas. Sistemas de atividades complexas combinando produções vegetais (legumes, culturas anuais, leite e derivados, frutas, pães) com transformações na unidade de produção (produção leiteira e vegetal). As relações entre produtores e consumidores os conduzem a pensar o desenvolvimento, além de sua própria “unidade de produção e da busca de sobrevivência”, passando a integrar novas identidades e um novo papel para os profissionais da agricultura diante dos desafios ambientais da atualidade.

Estas práticas sociais e agrícolas formam um sistema de atividades complementares, colocam em questão a agronomia clássica das instituições de pesquisa e desenvolvimento, abrindo espaço para o desenvolvimento mais amplo do “projeto” social e ecológico identificado no conceito de agroecologia.

Um dos pontos para ser destacado neste tópico, diz respeito ao papel das instituições nacionais e regionais de apoio e desenvolvimento da agricultura de base ecológica, que convivem com formas sociais de produção familiar para estimular o desenvolvimento da agricultura de base ecológica aumentando a produção para ocupar cada vez espaço importante nos mercados alternativos locais, através de estímulos que buscam facilitar a entrada de novos produtores. Em outras regiões com produção vinculada aos pequenos produtores, as técnicas são mais adaptações dos sistemas tradicionais com adição de conhecimentos novos gerados na propriedade, mas estão longe de um acompanhamento sistemático por parte da assistência técnica privada ou pública.

Figura 8: Produção de hortaliças da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo

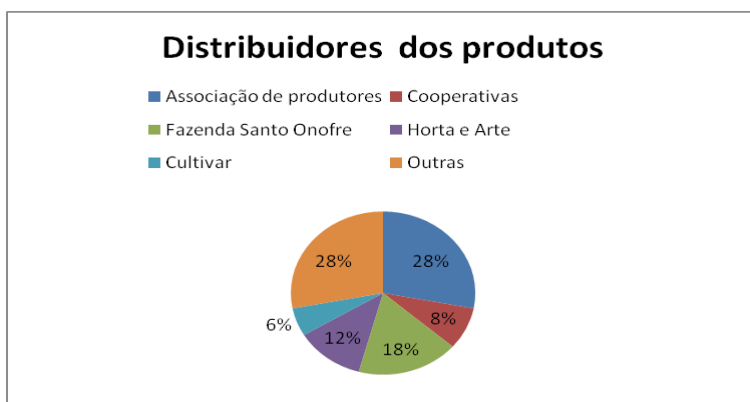


No Estado de São Paulo, a evolução do setor produtivo depende de sua capacidade de agregação de valor ao produto, que é a adição de serviços para atender as exigências do consumidor e engloba: classificação, limpeza, processamento mínimo ou industrialização, transporte, exposição e reposição da mercadoria na rede varejista, entrega em domicílio.

Para conseguir gerenciar essas atividades o setor produtivo necessita de associar-se para obter escala e administrar os recursos financeiros e humanos que envolvem essas operações, essa configuração é um obstáculo para os pequenos produtores de hortaliças que detém pouco poder econômico e capacidade de negociação junto as grandes distribuidoras.

Principais empresas distribuidoras da cadeia de produção da agricultura de base ecológica do Estado de São Paulo

Considerando a importância deste veículo de distribuição da produção, analisamos ainda esse conjunto de dados coletados em pesquisa de campo²³:

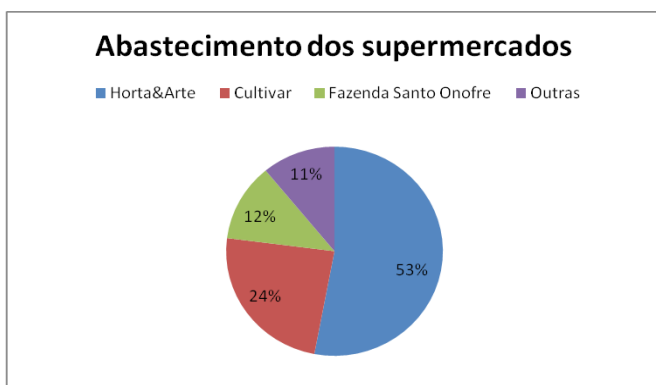


Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo, 2007

²³ Estes dados são dados brutos coletados pela equipe do Projeto GLOBAL ORG

O levantamento em São Paulo mostra que cerca de 28,0% da distribuição dos produtos são realizados por associação de produtores e 8,4% pelas cooperativas. Em seguida aparece a empresa Fazenda Santo Onofre com 17,8% das citações, empresa Horta & Arte²⁴, 12,1% e a empresa Cultivar, 5,6% e outros meios variados de distribuição, 28,0%.

No mercado varejista da cidade de São Paulo, as redes de supermercados: Pão de Açúcar, Carrefour, Wal-Mart, Big, Pastorinho, por ordem decrescente de importância são as que têm produtos da agricultura de base ecológica à venda.



Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo, 2007

As distribuidoras que abastecem essas redes são: Horta & Arte com 53,0% das citações; Cultivar, 24,0%; Fazenda Santo Onofre, 12,0% e outras com 11,0% (Korin, APPOI, etc).

A agricultura de base ecológica do Estado de São Paulo, assim como em todo o país, carece de uma série de medidas de ordem de política agrícola em nível de governos estadual e municipal para o seu melhor desenvolvimento. No entanto, os produtores podem colaborar nesse processo, se for intensificado a formação de associações de produtores, visando a organização de compra de insumos e serviços, além da venda de produtos para o comércio. Atualmente o setor necessita de crescimento organizado, diversificação de produção e planejamento de ações, bem como sua representação junto aos órgãos públicos.

²⁴ Trata se de instituição que funciona tal qual uma empresa mas possui estatuto de associação de pequenos produtores, localizada na região de São Roque.

CONCLUSÃO

Foi possível identificar a amplitude e a força econômica do desenvolvimento da cadeia de produtos certificados no país e em especial, no Estado de São Paulo. Situação que é sem sombra de dúvidas, um fenômeno social, econômico e agroambiental. Pois expressa uma grande diversidade de *estilos* de agricultura de base ecológica no Brasil, que vai muito além daquelas formas baseadas na substituição de produtos químicos por outros insumos que respeitam as especificações ecológicas, mas aparecem múltiplas interpretações da agricultura de base ecológica (valores coletivos, vendas diretas, entidades territoriais.) e de signos (etiquetas, logos, sistemas de certificação diversos que inclui o sistema de forma participativa denominada SGP) ratificadas pela lei federal 10.831 de dezembro 2007.

Os estilos de produção da agricultura de base ecológica são associados muitas vezes as trajetórias de conversão, as quais são decorrentes de diversos elementos, inclusive com antecedentes que pode estar associados aos interesses econômicos ou até valores éticos baseados em visões de mundo ecológicas que levam em conta, a necessidade de sobrevivência, o meio ambiente e as futuras gerações.

Portanto, ainda que careçamos aprofundar o estudo sobre a dimensão do impactos das políticas públicas, pode desde já afirmar que não se pode privilegiar o destino dos recursos financeiros, para esse ou aquele grupo social, como critério dependente da etapa do processo de transição. Pois a transição pode estar vinculada á limites sociais cruciais, entretanto, se integramos e ampliamos o foco das políticas públicas universalizando-as ao máximo, poderá fortalecer os grupos menos favorecidos e marginais da sociedade rural atual, tal qual podemos observar no caso dos horticultores de Ibiúna, área de estudo de caso privilegiada do projeto Global Org.

É visível que políticas públicas reconhecem cada vez mais a importância da agricultura familiar, da preservação do meio ambiente e da promoção da justiça social. Talvez seja um tanto cedo para afirmar qualquer coisa em relação ao efeito destas novas políticas públicas do ambiente rural, porém, percebe-se no contato com agricultores que tais políticas e/ou programas ainda não estão conseguindo atingir efetivamente seus objetivos. Empiricamente, as condições permanecem na inércia de um ambiente imerso em disputas políticas, lutas de poder e ações pouco eficientes na forma de atuar e promover o desenvolvimento.

Uma das grandes dificuldades para dar cabo aos objetivos deste trabalho, foi associado a falta dados estatísticos no Brasil sobre a produção da agricultura de base ecológica, discutimos com diversos técnicos da produção do governo e com certificadoras, entretanto, a quantidade de

informações encontradas sobre o assunto são abundantes, porém a tarefa de compilar e comparar os dados levantados no país, revelou-se bastante complexa. Esta dificuldade deve-se aos seguintes aspectos: o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil) nos oferece somente informações parciais, oriundas de algumas certificadoras que são as entidades que se encontram diretamente associadas ao processo de transição para a agricultura de base ecológica no meio rural, principalmente devido a falta de uma legislação sobre a produção, as certificadoras não se vêem na obrigação de informar o governo sobre o assunto. Entretanto com a aprovação da lei em dezembro de 2007, espera-se que ocorra controles quantitativos mais eficazes sobre a produção e a distribuição. No caso, do Comercio Justo por exemplo, ocorre situação similar pois as entidades levantam apenas dados de suas regiões de abrangência ou ainda seu segmento de atuação. No geral, nem sempre usam as mesmas medidas; os dados não são levantados obedecendo aos mesmos intervalos de tempo; apenas algumas associadas as Iniciativas Nacionais (governo) publicam relatórios anuais, e um número menor delas apresenta dados atualizados de 2007. Portanto, conforme explicitando na metodologia, tivemos que reunir o conjunto de informações pulverizadas e confrontar as mesmas diversas vezes, trabalho árduo que tendo em vista a ambição de apresentar o conhecimento atualizado parecia aos autores que não teria fim.

Concluimos que o cenário para o desenvolvimento da agricultura de base ecológica e sua relação com os mercados se dera da seguinte forma:

- i) Promove o fortalecimento da agricultura empresarial, com forte ênfase para o mercado nacional e internacional;
- ii) Promove o avanço da familiar empresarial, atendendo o mercado nacional. Vendas para grandes atacadistas, ou associações, ou cooperativas;
- iii) É espaço importante para os produtores familiares inspirados nos pressupostos agroecológicos e biodinâmicos, que atendem mais precisamente o mercado local (feira, vendas diretas e lojas locais);
- iv) Promove a ampliação do sistema tipo venda direta – solidariedade social para com os pequenos agricultores ameaçados.

Denota-se que a pressão do mercado tem aumentado muito na última década, levando parte dos agricultores, ao processo de conversão, favorecendo o estabelecimento de processos produtivos da agricultura de base ecológica com base em tecnologias de produtos, entretanto bem similar à lógica do processo de produção convencional. Esses agricultores podem ser vinculados

empiricamente tanto à categoria social de pequenos produtores familiares quanto de empresas capitalistas ou de empresas onde a familiar se ocupa da gestão e do trabalho.

A questão da justiça social, princípio de desenvolvimento da agricultura de base ecológica preconizado pela Ifoam/Issofar, e pertinente ao contexto latino americano, e ao Brasil, aparece de forma pouco presente nas discussões e debates e é ausente nas referências teóricas. Tanto nos artigos que mostra a oposição entre mercado local (feiras livres e vendas diretas) e grandes mercados (supermercados).

A agricultura de base ecológica diz respeito aos interesses não somente da agricultura familiar, mas também de empresas grandes. A demanda por produtos ecológicos é relacionada aos consumidores domésticos e estrangeiros cada vez mais interessados na qualidade dos alimentos e os impactos da agricultura no ambiente. Esta expansão observada deve ser atribuída também ao desenvolvimento de um mercado mais justo para os produtores e consumidores, além do fato de gerar empregos.

O estudo terá continuidade e buscará aumentar os conhecimentos em torno da produção certificada, e dos meios de vida dos produtores familiares, aspectos ambientais (práticas agro-ambientais) como também será aprofundado sobre a dinâmica do mercado da produção de alimentos na relação mais específica com o consumo.

LITERATURA

ABREU, L. S. de. A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Floresta Atlântica Brasileira. IMOPI. (2005). 147p.

ABREU, L. S. de., et al. **BELLON, S. e CORRALES M. F.** The development of organic farming models: analysis of the current situation and perspective in Brazil. In: **anais** of the ISO FAR/IFOAM. (2005).

ALMEIDA, G. (2008). Estratégias Produtivas E Aplicação De Princípios Da Sustentabilidade: O Caso Dos Agricultores Familiares De Base Ecológica Da Cooperativa Dos Agropecuaristas Solidários De Itápolis – Coagrosol. Dissertação de Mestrado. UFSCAR.

ALMEIDA, F. G, **ABREU**, L. S. de. Estratégias produtivas e aplicação de princípios da sustentabilidade: o caso dos agricultores familiares orgânicos da Coagrosol. Artigo encaminhado para Comitê de Publicação da Revista Científica. (Maio de 2008).

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura da agricultura de base ecológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, v.140, n. 250, p. 8. Seção 1, 24 dez. 2003.

CAPORAL, F. R, COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília – DF. MDA/SAF/DATER-IICA,(2004).

ABREU, L. S. A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores familiares da Mata Atlântica brasileira. Campinas. Editora IMOPI. (2005). 176p.

DAROLT, M. R. As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR Curitiba: Universidade Federal do Paraná / Instituto Agrônomo do Paraná, (2001). v. 01. 310 p.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 dez. (2003). Seção 1, p.2508.

BELLON, S, ABREU, L S. de. Formas Sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde do território de Ibiúna, Estado de São Paulo, Brasil.(2005). Cadernos de Ciência & Tecnologia.

MARCO REFERENCIAL EM AGROECOLOGIA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, (2006), 70 p.

Resumos dos ANAIS do III ENA - Encontro Nacional de Agroecologia . Recife/PE. 2006.

Glissman, 1998.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ EMBRAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Projeto: "Disponibilização e apropriação de técnicas para agricultores familiares com foco na agroecologia, por meio de redes de referência no Estado de São Paulo". Coordenação de Francisco Miguel Corrales. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, (2003).

Familiar e a Agroecologia. Disponível em:

<http://www.agroecologia.org.br/modules/articles/article.php?id=13>

Acesso em: 13 de novembro de 2007.

História da Agricultura de base ecológica. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br>
Acesso em: 08 de novembro de 2007.

PINHEIRO, G. S. R. Agricultor familiar e projeto agroecológico de vida. Curitiba, (2004). Tese (Mestrado). Pós-Graduação em Sociologia das Organizações, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CAMARGO, ANA M. M. de, Área Cultivada com Agricultura Da agricultura de base ecológica no Estado de São Paulo, 2004. Informações Econômicas. SP, v. 36 n.3p. (março 2006).

CARVALHO, YARA M. C. Agricultura Da agricultura de base ecológica e Comércio Justo. in Issao Ishimura Organizador Manual de Agricultura Da agricultura de base ecológica, p. 193-219. JICA. Piracicaba – (2004).

MOREIRA, M. R. (2003) Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu (SP) – Brasil. Dissertação de Mestrado. Feagri. Unicamp.

PETTAN, K.B., et al. **RITTL,C.; BAHER, A.; RAMM, G. & MEDAETS. J.P.** Avaliação: Introdução de Padrões Sociais e Ecológicos Voluntários em Países em Desenvolvimento. Relatório Inicial do Estudo De País – Brasil: Produtos Florestais / FSC; Produto Café Sustentável /4C; Produtos Sustentáveis Fair Trade / Flo; Produto Biodiesel /Selo Social. COMO - Consulting für Projektmanagement und Organisation GmbH. Trabalho realizado para o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha. São Paulo, (julho de 2007).

BRANDENBURG, A. . Movimento agroecológico: trajetória ,contradições e perspectivas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. N.6, p. 11-28, (2003).

.....(2005) Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas. Campinas: Revista Ambiente e Sociedade. Volume nº 8.

DAROLT, M. R.; Agricultura Orgânica: inventando o futuro. Londrina: IAPAR, (2002) Primavera Silenciosa" (Carson, 1968).